

# O conflito do Iraque: erros estratégicos\*

Reinaldo Nonato de Oliveira Lima\*\*

O objetivo deste ensaio é ressaltar falhas ou erros de cunho estratégico que afloraram por ocasião da invasão e da ocupação do território iraquiano por forças coligadas, sob liderança dos Estados Unidos da América. O propósito específico é colher ensinamentos que sirvam de subsídios para aqueles que têm a incumbência de estudar e de planejar a defesa nacional e a guerra.

## Antecedentes

Em agosto de 1990, o dirigente iraquiano Saddam Hussein al-Majid al-Tikriti determinou às suas tropas militares a invasão do vizinho Kuwait sob o pretexto de:

- reaver reservas de petróleo presentes em território kuwaitiano, segundo ele, historicamente pertencentes ao Iraque;
- impedir que o Kuwait provocasse baixa no preço do petróleo ao ampliar a produção além da cota estabelecida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP);
- exigir do Kuwait o perdão de uma dívida de US\$ 10 bilhões, contraída pelo Iraque durante a guerra com o Irã (1980);
- cobrar indenização de US\$ 2,4 milhões, alegando que os kuwaitianos extraíram furtivamente petróleo de campos iraquianos na região fronteiriça de Rumaila; e
- finalmente, de rediscutir antigas questões de limites, como o controle dos portos de Bu-

biyan e Uarba, que dariam ao Iraque novo acesso ao Golfo Pérsico.

Ainda no final daquele mesmo mês, Saddam Hussein proclamou a anexação do Kuwait como sua 19ª província.

Em decorrência, houve ampla reação internacional à invasão, e a Organização das Nações Unidas (ONU) impôs severo boicote econômico ao Iraque. Os Estados Unidos da América (EUA), tendo como presidente George Bush (pai), de pronto passaram a pressionar a ONU no sentido de autorizar o uso da força para restabelecer o *status quo* na região. Diante do fracasso das tentativas de solução diplomática, essa organização autorizou, em final de novembro de 1990, o ataque contra o Iraque, caso suas forças não se retirassem do Kuwait até 15 de janeiro de 1991. Em 16 de janeiro desse ano, forças coligadas de 28 países, lideradas pelos EUA, deram início ao bombardeio aéreo de Bagdá, capital do Iraque, seguido de impetuoso ataque terrestre às tropas iraquianas, que se renderam em 27 de fevereiro. Esse confronto, que ficou conhecido como Guerra do Golfo, terminou com a expulsão das tropas iraquianas e o restabelecimento da integridade territorial e da soberania do Kuwait, sem, entretanto, realizar-se a deposição do chefe de governo iraquiano, como era de se esperar.

Como parte dos termos do cessar-fogo, o Iraque teve de permitir a inspeção de suas instalações militares por observadores da ONU, como medida impeditiva a uma possível produção de armas químicas e nucleares.

\* Colaboração da ECEME.

\*\* O autor é Coronel de Artilharia e de Estado-Maior.

Cerca de dez anos e meio mais tarde, mais propriamente em 11 de setembro de 2001, os EUA foram surpreendidos por um atentado terrorista sem precedentes, em que quatro aviões civis de grande porte foram desviados de suas rotas e usados à guisa de mísseis por extremistas muçulmanos. Dois provocaram a destruição das torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York; outro arremeteu-se contra uma das alas do Pentágono (o centro burocrático-administrativo das Forças Armadas), em Washington, causando-lhe considerável estrago. A quarta aeronave que se dirigia de encontro à Casa Branca foi, “por ação da tripulação e de passageiros, impedida de atingir o alvo, caindo a meio caminho”, conforme versão norte-americana. O resultado, além da destruição dos prédios, foi a morte de cerca de 2.800 pessoas.

Essa ação foi assumida pela organização terrorista Al-Qaeda, liderada pelo saudita Osama bin Laden, que, conforme propalado, vivia refugiado no Afeganistão, sob proteção do antigo regime local, o Talibã.

Diante desse inesperado e “inimaginável” ataque ao centro do poder norte-americano, que deixou o mundo perplexo e consternado, o Presidente Bush conclamou as nações livres a formarem uma ampla coalização internacional contra o terrorismo – alimentado, segundo ele, pelo “eixo do mal” (Irã, Iraque e Coreia do Norte) –, enfatizando, maquiavelicamente, que “quem não estivesse com os EUA estaria do lado dos terroristas”.

Após insistente gestão do Governo norte-americano, chefiado por George W. Bush (filho), no sentido de que as autoridades afegãs entregassem Bin Laden aos EUA, ante a negativa, Bush formou ampla coalisão internacional de países para ombrear com os Estados Unidos na captura de bin Laden, “vivo ou morto”, na destruição da Al-Qaeda e, também, na deposição do regime talibã.

Em outubro de 2001, EUA e Grã-Bretanha iniciaram ataques ao Afeganistão com bombar-

deios diários, que foram fundamentais para facilitar aos afegãos da Aliança do Norte, contrários ao Talibã, tomarem a capital – Cabul –, em novembro, pondo fim àquele regime teocrático. Os EUA, apesar das tropas que ainda mantêm no Afeganistão, não conseguiram capturar Bin Laden, cujo paradeiro exato permanece desconhecido.

A prioridade que o Governo norte-americano passou a atribuir à guerra contra o terrorismo, de certa forma, provocou um embaraçamento na temática internacional do momento, relegando outros assuntos em pauta, como controle de poluentes ambientais, fontes alternativas de energia, desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza no mundo, preservação ambiental etc.

A par dessa postura antiterrorista recrudescida, o unilateralismo exibido pelo Governo dos EUA, país que detém o *status* de principal parceiro comercial do mundo e única superpotência econômico-militar, vem acirrando os ânimos de diversas comunidades étnico-religiosas no mundo e ampliando o contingente de pessoas com aversão pelos norte-americanos.

Paralelamente, com a implementação, nos últimos tempos, de uma maior interação entre as nações, particularmente na área econômica – fenômeno denominado globalização –, ressurgiram, como principais responsáveis pelo agravamento das tensões sociais e, conseqüentemente, potencial risco de conflitos violentos, a crescente desigualdade econômica e tecnológica entre países e a desnivelada competição comercial, em que a maioria dos países permanece como mera fornecedora de matérias-primas para uns poucos desenvolvidos que têm condições de agregar valor a seus produtos. Essa assimetria de poder e de condições de vida tem agravado a sensação de insegurança dos povos e projetado incerteza quanto ao seu futuro, impelindo grandes grupos humanos a reforçar seus tradicionais laços de solidariedade



em torno de valores como identidade étnica, religião, idioma e proximidade geográfica, ao mesmo tempo em que recrudescem preconceitos, intolerância e até hostilidades contra aqueles que não integram os ditos grupos. Esse aspecto é particularmente ressaltado no caso do Iraque cuja sociedade, além de alienada do mundo pela política hermética do regime de Saddam, é profundamente fragmentada, tribal, acima mesmo das três ramificações mais conhecidas – xiitas (60%), sunitas (20%) e curdos (17%) –, com (3%) de outras. O povo iraquiano (estimado em 25 milhões de habitantes) compõe uma colcha de retalhos formada por uma centena de tribos, cerca de 25 confe-

derações tribais e várias dezenas de clãs, além de facções políticas. Estudos sociológicos sobre a comunidade iraquiana concluíram que 40% da população consideram mais importante a identidade tribal do que a cidadania iraquiana.

### O Conflito do Iraque

Sob o pretexto de destruir um “provável” arsenal iraquiano de armas químicas, capazes de provocar destruição em massa, particularmente diante da pos-

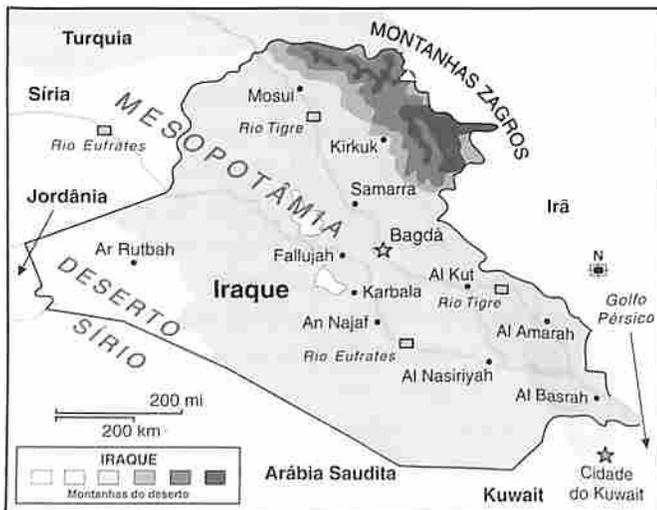
sibilidade de serem repassadas a grupos terroristas, o Governo norte-americano de George W. Bush, mesmo à revelia da ONU, concentrou fabuloso aparato bélico na região do Golfo Pérsico e efetivou a invasão do Iraque, tornando patente a nova doutrina estratégica de “guerra preventiva” do Pentágono.

Assim, na manhã de 20 de março de 2003, a capital iraquiana – Bagdá – viu-se atingida por intensa chuva de mísseis *tomahawk*, disparados de navios norte-americanos estabelecidos no Golfo Pérsico e no Mar Vermelho, e de bombas lançadas por aeronaves *stealth*. Esse ataque, segundo divulgado, tinha por objetivo principal eliminar Saddam Hussein, que estaria em algum dos seus palácios dispersos pela capital, bem como sua cúpula de governo.

O bombardeio em massa se intensificou nos dias seguintes, estendendo-se a outras cidades iraquianas estratégicas, dentre elas Tikrit, Kirkuk, Mossul e Basra (principal cidade depois da capital).

Tropas norte-americanas e britânicas, partindo do vizinho Kuwait, invadem o Iraque e, após cerca de uma semana de marcha pelo deserto, atingem a cidade de An Najaf.

Nessa empreitada inicial, além das tempestades de areia que dificultam o avanço e de contra-ataques a seus eixos



de suprimentos, as tropas deparam-se com pontos de resistência esparsos, principalmente na denominada “linha vermelha”, círculo imaginário ao redor de Bagdá, onde estariam concentradas as mais ameaçadoras forças iraquianas, como a temida Guarda Republicana.

No prosseguimento e já nos últimos dias de março, os aliados chegam a Karbala, enquanto em outra frente pouco mais ao norte fuzileiros navais atravessam o Rio Eufrates, passando por Al Nassirya, e rumam para Bagdá.

No início de abril, os fuzileiros atingem Kut e realizam a travessia do Rio Tigre, a sudeste de Bagdá. Enquanto isso, tropas da 3ª Divisão de Infantaria norte-americana passam ao largo de Karbala, atravessam o Eufrates e se aproximam do sul de Bagdá.

No dia 3 de abril, tropas do Exército norte-americano tomam o Aeroporto Internacional Saddam Hussein, a oeste da capital iraquiana.

Dois dias depois, uma força norte-americana de blindados atinge o sul de Bagdá, enquanto, a sudeste, os fuzileiros alcançam as cercanias dessa cidade.

Em menos de uma semana, as tropas atacantes tomam a capital, após encontrar fraca resistência, desmascarando o blefe da tal Guarda Republicana.

Os palácios de Saddam são invadidos e revirados. Os fuzileiros navais tomam a base aérea de Rushid, no centro da cidade. Em Basra, a casa de um dos principais membros da cúpula governamental – o “Ali Químico” – é bombardeada (ele viria a ser preso somente mais tarde, em agosto).

Ao redor de Bagdá, as principais vias de acesso são dominadas, e o maior símbolo do governante iraquiano – uma estátua de bronze na praça Firdos – é derrubado e destruído sob aclamação popular.

Estava concluído o cerco do centro do poder iraquiano, e, a partir daí, começaram as operações urbanas de “rescaldo”, quais sejam, a

eliminação de resistências locais, a caça aos integrantes do primeiro escalão governamental, principalmente de Saddam, a busca dos propalados arsenais de armas químicas, o vasculhamento de palácios, prédios públicos e residências e o estabelecimento de pontos fortes para assegurar o domínio integral de Bagdá. Essa fase das operações culminou com a morte de dois filhos de Saddam – *Uzai e Kuzai* – e com a prisão do dirigente do Iraque e de alguns de seus assessores.

Em síntese, pode-se dizer que o regime de governo implantado por Saddam foi extinto mediante uma operação militar que durou cerca de 22 dias. Essa operação levou ao Iraque, inicialmente, 175 mil combatentes de 34 países, sendo em torno de 140 mil dos EUA. A data prevista para a retirada dessas tropas é dezembro de 2005, após a consolidação dos trabalhos de uma assembléia constituinte, eleita em janeiro desse ano, com a missão precípua de estabelecer uma proposta de lei magna para o Iraque.

Entretanto, o pior estaria por vir, como inúmeros atentados às tropas de ocupação, mortes de civis e ataques a instalações oficiais de entidades ocidentais, além de atos de terrorismo direcionados a efetivos policiais iraquianos, que se encontram em fase de reorganização.

A essa altura dos acontecimentos, constata-se um considerável somatório de sucessivos erros estratégicos atribuídos ao Governo e a órgãos de inteligência norte-americanos, bem como a autoridades militares ocupantes do país, conforme amplamente relatado pela imprensa mundial e por observadores que têm testemunhado o caos implantado naquele país após a ocupação militar.

### **Apreciação dos fatos**

A análise dos fatos antecedentes, das declarações de autoridades norte-americanas e dos

inúmeros relatos divulgados por renomados órgãos da imprensa permite apurar vários erros ou falhas de natureza estratégica ocorridos tanto no âmbito do governo dos EUA quanto no de seus órgãos de primeiro escalão, como CIA, Pentágono e o alto-comando das operações militares.

Inicialmente, verifica-se que houve uma controversa indecisão por parte do Governo norte-americano quanto ao estabelecimento do objetivo político da guerra. Ora falava-se no arsenal iraquiano de armas de destruição em massa, capaz de ameaçar a integridade do mundo ocidental, em especial dos Estados Unidos, mas cuja existência não se confirmou até hoje. Partiu-se, então, para uma “forçada” conjectura de que Saddam Hussein poderia, futuramente, vir a produzir tais armas e distribuí-las a movimentos terroristas. Ora alegava-se uma provável e sólida ligação entre Saddam Hussein e Osama bin Laden, principal líder da organização terrorista Al-Qaeda, responsável pelos ataques às torres gêmeas do World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001. Também esse aspecto não se confirmou e, muito menos, que Saddam apoiava o terrorismo internacional. De repente, o objetivo da guerra passou a ser a deposição do chefe de governo do Iraque, que extinguiu a liberdade do povo iraquiano e estaria sufocando sua gente na lama da miséria. De outra feita, a guerra passou a ser contra uma parcela do próprio povo iraquiano, que não respondeu à altura as boas intenções do Governo norte-americano ao ocupar militarmente seu país para libertá-lo de um regime opressivo. Aventou-se, ainda, o objetivo de implantar no Iraque um modelo ocidental de democracia e de economia de mercado que se propagaria pelo Oriente Médio.

Tal indecisão quanto ao objetivo político da guerra, que, como se sabe, deve ser explícito e claramente formulado quando do planejamento da guerra, deu margem a que analis-

tas do mundo inteiro especulassem a respeito, chegando-se a afirmações como:

– “interesse norte-americano nas reservas petrolíferas do Iraque”;

– “domínio político dos EUA no Oriente Médio”;

– “afirmação da hegemonia global norte-americana, atestada, como exemplo, na invasão do Iraque”;

– “Bush teria assumido a Presidência da República já desejando conduzir uma guerra contra o Iraque, talvez por causa do petróleo, talvez para ‘mudar o mundo’, ou até mesmo para ‘vingar seu pai, criticado por não ter consumado a eliminação de Saddam Hussein por ocasião da primeira guerra contra o Iraque’.”

Especulações à parte, seja qual for o objetivo do Governo norte-americano, o ensinamento que fica é o de que não se pode encetar uma guerra sem que se estabeleça um ou mais objetivos políticos concretos, evidentes e fundamentados, que realmente justifiquem a empreitada armada. O que não se deve é partir para a ação extrema da guerra com base em suposições, sob pena de se cair no descrédito mundial e de se angariar generalizada aversão, como vem acontecendo agora nesse conflito.

Outro erro estratégico do Governo dos EUA foi ignorar o posicionamento do principal foro de resolução de conflitos entre países no mundo – a Organização das Nações Unidas (ONU) –, que, diante da decisão norte-americana de partir para a guerra à sua revelia, emergiu ainda mais enfraquecida. A atitude do Presidente Bush foi de encontro aos princípios que norteiam a paz mundial, dando um exemplo de paradoxo entre o que se prega e o que se faz, além de atingir profundamente um dos pilares da democracia mundial – o consenso internacional. Ao adotar uma estratégia de ação independente e direta cujos motivos não são plausíveis ou justificáveis aos olhos do mundo, embora possam sê-lo para uma superpotência que projeta e mantém po-

der mundialmente, o Governo norte-americano demonstrou não possuir visão estratégica consentânea com a de estadistas.

O fato se agrava diante do precedente criado exatamente pela única superpotência militar na atualidade, que se atribui o *status* de mantenedora dos ditames democráticos no mundo. A decisão do Governo norte-americano, pelo que aparenta, revelou incoerência e extemporaneidade ao fazer uso da força antes de esgotar medidas diplomáticas, ao coagir antes de persuadir, ao atuar unilateralmente antes de considerar o consenso da maioria de seus aliados. Aliás, este último aspecto constitui fator preponderante para minar a confiança de parceiros, podendo, no futuro, comprometer qualquer tentativa de implementar a estratégia da aliança. Uma primeira consequência disso é o estremecimento de relações que já aflorou entre um tradicional aliado – a Arábia Saudita – e os EUA e as reações contrárias manifestadas por França e Alemanha. Em síntese, em vez de fortalecer a democracia com a invasão do Iraque, o governo Bush deu margem ao surgimento de novos focos de terrorismo internacional, agravando o clima de insegurança global e acirrando tensões internacionais.

Na seqüência de erros estratégicos, cumpre ressaltar também o planejamento de guerra inconsistente ou incompleto por parte do mais elevado escalão governamental, conforme amplamente divulgado. Ficou evidente que, pelo vulto das retaliações surgidas contra as tropas da coalizão, muitos aspectos importantes foram relegados, particularmente aqueles procedimentos básicos referentes ao pós-guerra, segundo os quais, desde o início do planejamento, há que se ter respostas para as clássicas perguntas atinentes à fase da exploração da guerra:

- Quais devem ser as consequências da vitória?
- Quais as condições para o restabelecimento da paz?
- Que atitude deve-se adotar no futuro?

– Quais devem ser os novos objetivos (após o conflito)?

Para planejadores governamentais de alto nível, é fundamental saber com exatidão o que fazer, vencendo ou perdendo a guerra. Não se admite em empreitada dessa natureza o “deixar-acontecer”, o “depois-a-gente-vê-como-é-que-fica”. Talvez, por essas questões não terem sido integralmente consideradas, é que o Iraque que está sendo entregue ao governo provisório apresenta-se mergulhado no caos, falido, com as instituições implodidas, com a violência grassando, com rios de sangue afluindo para as águas do Tigre e do Eufrates, com o povo inteiramente desorientado quanto ao próprio futuro. A guerra, como ato político que é, não pode prescindir de propor uma solução política para o pós-guerra. Faz-se mister criar condições mínimas que facultem a reconstrução do país derrotado. No caso, o povo iraquiano está recebendo um país arrasado, sem instituições definidas, com economia combatida e infra-estrutura precária, tudo envolto por um clima de insegurança, violência, revolta e incertezas quanto ao futuro.

Em resumo, a contabilidade ao final do conflito apresenta, com evidência, mais perdas do que ganhos em qualquer dos campos analisados – político, econômico, psicossocial e, quiçá, o militar.

Também constituiu erro estratégico terem sido os planejamentos da guerra desenvolvidos em âmbito restrito, sem se valer de um assessoramento mais amplo, envolvendo um conselho nacional de personalidades notáveis e de especialistas no assunto. Tudo ficou restrito ao “cerado círculo de falcões da Casa Branca e ao Pentágono”, conforme mencionado por uma publicação de famoso periódico norte-americano. Um mandatário de uma nação tem, pelo menos se infere, o dever de demonstrar visão abrangente de mundo e, como tal, é temerário fazer-se assessorar apenas por uns poucos ho-

mens ou mulheres, ditos “de confiança”. Segundo o diretor do Programa de Estudos Asiáticos da Universidade de Nova Iorque, estudiosos da Segunda Guerra Mundial, foram gastos três anos e meio no planejamento e nos treinamentos para as ocupações pelos aliados na Alemanha e no Japão derrotados, envolvendo os melhores acadêmicos norte-americanos nesse planejamento e nos treinamentos de oficiais e intérpretes.

Como se observa, o recurso extremo às armas, para que uma nação faça valer seus interesses, não pode ser algo decidido da noite para o dia, ao sabor de arroubos pessoais ou de incitamentos intempestivos. A experiência histórica tem comprovado que quanto mais personalidades participam dos planejamentos estratégicos tanto mais sensata é a decisão decorrente, além de realmente permitir atender ou se aproximar do interesse da sociedade nacional.

Também podem ser catalogadas como erros estratégicos a insubsistência e a manipulação (se é que realmente houve) de informações estratégicas, bem como a deficiência que permeou o sistema de inteligência norte-americano. Dispondo, segundo se sabe, de um dos mais treinados e equipados sistemas de inteligência do mundo, não se entendem a inconsistência nem o desencontro de informações, que levaram, inclusive, à dubiedade quanto ao estabelecimento dos objetivos da guerra.

Os relatórios apresentados após inspeções de observadores da ONU, quanto à existência de arsenais de armas químicas e nucleares, foram inconclusivos, conforme divulgado. Da mesma forma, a alegada coligação do regime de Saddam Hussein com o terrorismo internacional de Bin Laden ficou restrita ao campo da suposição, do “consta que”, sem nenhuma comprovação.

Essa falha, para um governo que tem a capacidade de tomar decisões que podem afetar praticamente todo o mundo, é simplesmente irreparável, pois, além da perda de confiança,

permite o afloramento de incertezas em tantos quantos com ele mantêm relacionamento. Haja vista o recente estremecimento das estreitas relações que existiam entre os EUA e a Arábia Saudita, seu principal aliado na região do Golfo Pérsico.

Em meados de 2004, foi exaustivamente propalado no mundo e reproduzido por nossa imprensa que, “depois de um ano de investigações sobre a veracidade dos motivos que levaram os EUA a invadir o Iraque, a Comissão de Inteligência do Senado norte-americano chegou ontem a uma conclusão já esperada por muita gente: a Agência Central de Inteligência (CIA) exagerou a ameaça que o Iraque representava para o país, confiou demais em fontes duvidosas e ignorou aquelas que garantiam que o governo de Saddam Hussein não tinha armas de destruição em massa”. (*O Globo*, 10/7/04)

Pode-se, ainda, arrolar como erro estratégico a imprevisão de que um insucesso político em empreitada de tal envergadura poderia acarretar efeito reverso. E isso ocorreu quando, diante do caos instalado no Iraque, o terrorismo internacional lá encontrou campo fértil para se propagar, além de adquirir fortalecimento político e militar por meio do respaldo recebido de facções locais, de várias comunidades árabes e até de outros povos em diversas partes do mundo. O conceituado International Institute for Strategic Studies londrino – IISS – apurou que a intervenção no Iraque absorveu consideráveis recursos financeiros que estavam previstos para o combate ao terrorismo internacional, além de ter contribuído para o aumento da antipatia pelos EUA e de ter atraído a ira de militantes antiamericanistas do mundo inteiro. Segundo o IISS, “o grupo de Bin Laden tem hoje mais terroristas dispostos a atacar do que antes da guerra e já atua em mais de sessenta países”.

Na seqüência de erros estratégicos, outra falha crucial do Governo norte-americano foi “expurgar” as instituições governamentais e des-

mantelar as Forças Armadas do Iraque em vez de se empenhar em angariar aliados nesses universos, creditando-lhes a oportunidade de atuar ao lado das forças de coalizão em prol da ordem e do bem-estar do povo iraquiano. Com essa atitude, os invasores passaram da condição inicial de libertadores para a de conquistadores, gerando no povo iraquiano profunda aversão à sua presença no país. Esse fato começa a se agravar diante da longa permanência das tropas estrangeiras em território iraquiano, que, paradoxalmente, não podem se retirar, abruptamente, sem que, no mínimo, se vislumbre a normalidade política e social no país. Diga-se de passagem que não se pode descartar a possibilidade do surgimento de uma guerra civil local, envolvendo as diversas etnias, após a desocupação norte-americana, posto que as divergências são arraigadas e a cultura permanece tribal. E um Iraque instável, no Oriente Médio, constitui “barril de pólvora” capaz de provocar grande estrago na principal área exportadora de petróleo para o mundo.

É de se considerar, também, possível falha no preparo de alguns integrantes das forças militares norte-americanas. Pôde-se observar certa deficiência no preparo psicológico de combatentes, dando margem ao surgimento de casos de tortura de prisioneiros, de saques ao patrimônio público, de desrespeito aos costumes locais, de afronta a fundamentos culturais e religiosos e, até mesmo, de extorsão a cidadãos iraquianos, esta sob o pretexto de “confiscar valores de supostos insurgentes e de suspeitos de financiar os rebeldes”. Há, ainda, os casos de deserção (contabilizados mais de mil até o momento) provocados particularmente pela ampliação do prazo de permanência em operações, descumprindo-se o contrato firmado por ocasião da convocação para a guerra.

É fato que o percentual referente a esse aspecto é praticamente irrisório, mas não deixa de refletir no moral da tropa e, quiçá, de reve-

lar falha de ação de comando nos pequenos escalões, o que, em termos estratégicos, permite questionar o preparo dos combatentes para a guerra.

Constata-se, ainda, que o propósito de se implantar um regime democrático, nos moldes ocidentais, em um país eminentemente islâmico, não poderia, de forma alguma, ignorar o emaranhado cultural e o radicalismo religioso existentes no Iraque. Aliás, as profundas diferenças que permeiam o povo iraquiano foram momentaneamente relegadas para dar lugar ao surgimento de um fator de união nacional, qual seja, um arraigado ódio aos norte-americanos. Além dessa reação interna, previsível, porém minimizada, outros focos de antipatia contra os EUA afloraram em várias partes do mundo, em solidariedade com o fraco diante do forte. À exceção da bipolaridade verificada no século passado, em que capitalismo e comunismo não se toleravam, em momento algum de sua história a nação norte-americana foi tão “abominada” quanto agora, com a invasão do Iraque.

Para finalizar, pode-se considerar que os ferimentos provocados no Iraque pela invasão armada levarão muito tempo para cicatrizar e, mesmo assim, deixarão marcas indeléveis. Daqui para a frente, é possível que, principalmente no Oriente Médio, a desconfiança e a aversão constituirão o cerne do relacionamento entre a maioria dos países daquela região e os Estados Unidos.

### **Conclusão**

O que se destaca no cenário desse conflito é que o futuro do Iraque prenuncia-se ainda como uma incógnita, passível das mais variadas projeções, como, por exemplo, eclosão de guerra civil, retaliações da minoria sunita contra o governo provisório instalado com apoio explícito das autoridades norte-americanas, surgi-

mento de uma nova teocracia, a exemplo do vizinho Irã, reações de independência por parte dos curdos, dentre outras.

Essa incerteza, em vez de abrir caminhos para a expectativa norte-americana de implantar uma democracia no Oriente Médio, pode traduzir-se em desajuste do equilíbrio de poder até então verificado, ainda que aparentemente, no contexto dos países daquela região. De qualquer forma, o saldo da ação do Governo norte-

americano no Iraque mostra-se deficitário para os EUA, principalmente quando postos na balança os prós e os contras.

Por outro lado, há muitos ensinamentos a serem extraídos desse evento por parte de estudiosos e planejadores da guerra no contexto da defesa nacional, em especial quanto ao que “não se deve fazer” na implementação das medidas necessárias à condução de um conflito dessa natureza ou similar. ☉

### Referências bibliográficas

*Almanaque Abril – 2004*

Jornal *O Globo*.

Revista *Vêja*

Site [www.worldatlas.com](http://www.worldatlas.com) (mapas)

## BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

### Coleção General Benício



### ***A FEB pelo seu comandante***

*J. B. Mascarenhas de Moraes*

Este título nos fornece, segundo um plano de conjunto e no quadro da verdade histórica, um relatório da atuação da FEB em território italiano.

Revive acontecimentos com a exata delimitação dos feitos militares e justa caracterização de seu papel na manobra geral do V Exército.

O zelo lingüístico do Professor Daltro Santos, pela revisão feita, a torna uma peça literária de elevado valor.

# A presença militar dos Estados Unidos no mundo\*

Manuel Cambeses Júnior\*\*

Não há ponto do mundo onde os Estados Unidos não possam pôr suas tropas num estalar de dedos. É o poderoso império estadunidense, espreado por vários países, de inúmeras maneiras: bases militares, estações de rastreamento, facilidades de infra-estrutura, pistas de aterrissagem e hangaragem de aviões.

O dispositivo evidenciou a sua força no Afeganistão e, mais recentemente, no Iraque e está tentando mostrá-la a qualquer dos estados apontados pelo Presidente George W. Bush como pertencentes ao “eixo do mal”, como, por exemplo, a Coreia do Norte e o Irã. A hipótese de uma nova guerra na península coreana foi recentemente admitida pelo enviado especial da Organização das Nações Unidas (ONU) a Pyongyang, Maurice Strong. No Golfo Pérsico, com concordância das monarquias absolutas da região, os EUA têm bases permanentes nos Emirados Árabes Unidos, Omã, Catar (é em Doha que se situa o quartel-general da Operação Liberdade Iraquiana), Kuwait (desde a Guerra do Golfo, em 1991) e Bahrein, sede da V Esquadra. Possuem bases também no Iêmen. Entretanto, as mais importantes estão na Arábia Saudita, dotadas de aviões F-15 e F-16, de caças-bombardieiros F-117 e aviões de espionagem U-2 e AWACS.

Duas das unidades sauditas abrem e fecham os dois gasodutos do país. Ras Tanura, talvez a mais importante, está encostada ao porto petrolífero de Al Khoba. O país é o primeiro produ-

tor de petróleo do mundo e possuidor das maiores reservas. Na África, a presença militar norte-americana é particularmente importante nos três países do “chifre africano”: Djibouti, Eritreia e Etiópia. Em meados de dezembro de 2002, o Secretário norte-americano da Defesa, Donald Rumsfeld, de visita oficial à região, obteve de todos eles acordos de cooperação específica. Argumento: a luta contra o terrorismo.

No meio do Oceano Índico, na ilha britânica de Diego Garcia, está uma das mais importantes bases militares do mundo. É aí que



*Somente em 1988, o Departamento de Defesa reconheceu a existência do F-117. Este é, sem dúvida, o avião com aspecto mais estranho que já voou, mas a sua silhueta multifacetada como a de um diamante é que o torna “invisível”, refletindo as ondas do radar em várias direções, fazendo com que se mostre nas telas inimigas como um pequeno sinal que aparece e desaparece rapidamente.*

\* Colaboração do autor.

\*\* O autor é Coronel-Aviador, analista do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra – ESG.

hibernam, à espera de ser convocados, os bombardeiros estratégicos B-52. Eles podem chegar, ao fim de uma hora, a qualquer objetivo num raio de mil quilômetros. Os B-2 Spirit também estão ali posicionados. É a mais austral das bases norte-americanas da região, autorizada pelo Reino Unido num tratado (1964) cujos termos nunca foram dados a conhecer.

No Cáucaso, os norte-americanos estão na Geórgia e no Azerbaijão, e na Ásia Central, espriam-se, além do Afeganistão, pelo Uzbequistão, Tadjiquistão, Quirguízia e Cazaquistão. O caso cazaque é ilustrativo. Muitos dos meios usados pelos EUA na guerra aos talibãs passaram pelo aeroporto internacional de Astana, no âmbito de um acordo militar assinado em julho do ano passado com as autoridades desse país.

O estreitamento das relações entre Washington e o regime autoritário de Nursultan Nazarbayev deve-se ainda a outro motivo: o subsolo cazaque, equivalente a quatro Texas, é rico em petróleo.

O caso europeu é diferente. Ali, a presença dos EUA já não tem o caráter de outrora, do tempo da Guerra Fria. As bases norte-americanas no velho continente têm hoje, essencialmente, um valor logístico. No corrente conflito do Iraque, com exceção das unidades estacionadas no Reino Unido e na Itália, as outras, por exemplo as situadas na Alemanha ou na Espanha, têm sido usadas mais como meios de apoio, de



Os círculos assinalam instalações estadunidenses na América do Sul.

trânsito ou de prestação de serviços médicos, do que de ataque. Na Europa, além desses quatro países, os norte-americanos possuem, ainda, bases na Islândia (Keflavik), Bélgica, Dinamarca (Thuele), Portugal (Açores), Hungria (Taszar), Turquia (Adana) e Grécia.

A América Latina é outra zona salpicada de bases norte-americanas. Os EUA nunca desleixarão com a região, que é, desde James Monroe, a sua linha de defesa mais importante.

Washington tem, do México para o sul, pelo menos vinte bases. Nas Caraíbas está presente, por exemplo, em Aruba (Rainha Beatriz) e

Curaçao (Hato), nas Antilhas Holandesas ou em Guantánamo, na ponta leste da linha de Cuba, uma das suas mais antigas posições no estrangeiro, desde 1903. Em Barbados, também há homens e meios. Na América Central, existem unidades em El Salvador e Honduras, respectivamente, nas localidades de Comalapa e Soto Cano.

Na América do Sul, devido ao encerramento, no final do século passado, das bases no Panamá, entre elas Howard, na seqüência da entrega do canal aos panamenhos, a presença norte-americana é particularmente forte na Colômbia, Equador e Peru, justificada em todos os casos pelo combate ao narcotráfico. No caso colombiano, ela passa instrução das forças locais na luta contra as duas organizações de guerrilha do país, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). O Paraguai aprovou, recentemente, a instalação de uma base militar estadunidense em seu território. Lá, os norte-americanos exercem um trabalho muito diversificado: ao mesmo tempo em que treinam as forças locais para o combate ao narcotráfico e ao terrorismo, abrem poços artesianos, postos de saúde e

escolas. Em Assunção, os serviços de informação norte-americanos estão instalando a sua maior antena de rastreio do subcontinente.

Os EUA estão, ainda, no Setentrão Oriental – Suriname e Guiana Francesa –, onde ajudaram a remodelar infra-estruturas aeronáuticas. Na Bolívia, vêm colaborando estreitamente para a erradicação do cultivo da folha de coca. Esse apoio teve o seu pico na gestão do Presidente Hugo Banzer.

Finalmente, no Oriente, há bases norte-americanas no Japão, tais como: Kadena, Misawa, Atsugi, Yokota e outras, com um efetivo de 63 mil homens no total. Na Coreia do Sul, várias, como Kunsan City e Osan, com um total de 37 mil homens, ou nas Filipinas, lutando ao lado das forças regulares contra os rebeldes da Abu Sayyaf, organização muçulmana suspeita de estreita ligação com a Al-Qaeda, de Osama bin Laden.

Diante dessa constatação, cabe-nos a seguinte indagação: para onde caminha o pensamento estratégico que está norteando as mentes dos líderes republicanos da superpotência hegemônica? À nossa reflexão! ●

## BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

### Coleção General Benício



### *Os Franceses no Rio de Janeiro*

*Augusto Tasso Fragoso*

*Os Franceses no Rio de Janeiro*, livro publicado postumamente, é um trabalho meticuloso e metódico, entretanto em sua leitura percebemos ser obra incompleta e inacabada. Em abril de 1965, Antonio Souza Junior procurou completar o trabalho sem deturpação de seus motivos e fundamentos históricos, bem como sem alterações sensíveis em sua textura literária. O autor de *Os Franceses no Rio de Janeiro* foi quem primeiro desbravou o assunto entre nós. O aspecto militar das invasões com a técnica e o detalhe de uma análise é um trabalho pioneiro.